

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA ÁREA DA RODOVIA BR 156: TRECHO RIO PRETO – LARANJAL DO JARI, ESTADO DO AMAPÁ

Igor Chmyz*

Eliane Maria Sganzerla**

RESUMO: Pesquisa realizada para complementar no item arqueologia, os estudos de impacto ambiental do empreendimento rodoviário BR 156, no Estado do Amapá. São descritos sítios referentes a ocupações de indígenas ceramistas, inclusive com pinturas rupestres, e assentamentos neobrasileiros. Divulgam-se resultados de datações radiométricas.

Palavras-chave: Arqueologia do Amapá; Arqueologia da Bacia Amazônica; Estudo de Impacto Ambiental; Radiometria.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 1991, abordagens arqueológicas foram executadas no Estado do Amapá por pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. Objetivavam a constatação da existência de patrimônio arqueológico na área do traçado da BR 156, trecho Rio Preto – Laranjal do Jari. Esses estudos, custeados pela empresa STCP Engenharia de Projetos Ltda., com sede em Curitiba, Paraná, fizeram parte do corpo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) realizado por essa empresa.

Nos resultados dos trabalhos ora publicados, foram mantidos, nas conclusões emitidas pela equipe responsável e, também nas sugestões de medidas que deveriam ser adotadas para a preservação do patrimônio arqueológico, o tempo de verbo utilizado quando de sua elaboração.

Os capítulos relativos à Ocupação humana, Referências arqueológicas e Periodização arqueológica, constantes no documento original foram suprimidos neste artigo. Consequentemente, as referências bibliográficas correspondentes àqueles capítulos foram, também, suprimidas.

* Pesquisador do CEPA/UFPR

** Pesquisadora Associada do CEPA/UFPR

Foram acrescentadas apenas datações obtidas de amostras de carvão que puderam ser coletadas. Enviadas para o Smithsonian Institution, aos cuidados da Dra. Betty J. Meggers, foram mensuradas as do sítio AP 2: Cajari, datado em 4130 ± 80 BP (BETA 77362), o que o situa em aproximadamente 2180 a.C. e, o sítio AP 7: Abrigo-sob-rocha Tracuá, em 3350 ± 70 BP, remetendo-o a cerca de 1400 a.C. (BETA 77363).

OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CONSTATADOS

Foram registrados dez sítios arqueológicos no trecho da BR 156 situado entre a localidade de Rio Preto e a Cidade de Laranjal do Jari. Eles correspondem a uma amostragem, apenas, da totalidade que deve existir naquele espaço. Durante os trabalhos, muitas foram as informações recebidas de moradores locais, sobre sítios arqueológicos conhecidos nas cercanias, como o existente na localidade de “Pocinho”, no rio Laranjal e, de onde procede uma parte de urna funerária Maracá, que estava em poder do informante.

Constatou-se, também, que há concentração de sítios arqueológicos em torno das lagoas e na margem dos igarapés, chegando a haver superposição de ocupações. Ao lado dos rios, ou mais afastados, as ocorrências são pontuais.

Sete dos sítios registrados referem-se a ocupação indígena e, três, à neobrasileira. Indícios de mais dois sítios indígenas foram observados nas áreas de sítios neobrasileiros e, um neobrasileiro, na de um indígena.

Os indígenas, com exceção do AP-9, são sítios-acampamento e relacionados a atividades temporárias de caça, pesca, coleta e cerimonial. O AP-9 é um sítio-habitação, de permanência mais prolongada.

Os sítios foram encontrados em profundidades variáveis, desde os primeiros centímetros, até 100 ou 215cm de profundidade. Além do fator temporal, essas posições refletem aspectos topográficos e geológicos do terreno. A camada arqueológica do sítio AP-2, por exemplo, encontra-se entre 210 e 215cm de profundidade. O local, situado na margem de um rio, sofre intensa sedimentação fluvial. A camada de areia cinza-escuro, registrada entre 0 e 180cm de profundidade, com estratos horizontais de carvão, foi interpretada como a que se formou sobre o sítio no período da ocupação européia da região e conseqüente desmatamento, informando sobre a velocidade da sedimentação.

Embora a amostragem dos sítios arqueológicos indígenas seja pequena, é possível reuni-los em dois grupos: um representado pelo sítio AP-2 e, outro, pelos sítios AP-3, AP-4, AP-5, AP-6, AP-7 e AP-9. O primeiro poderia ser relacionado à fase Aristé; os do segundo grupo à fase Mazagão.

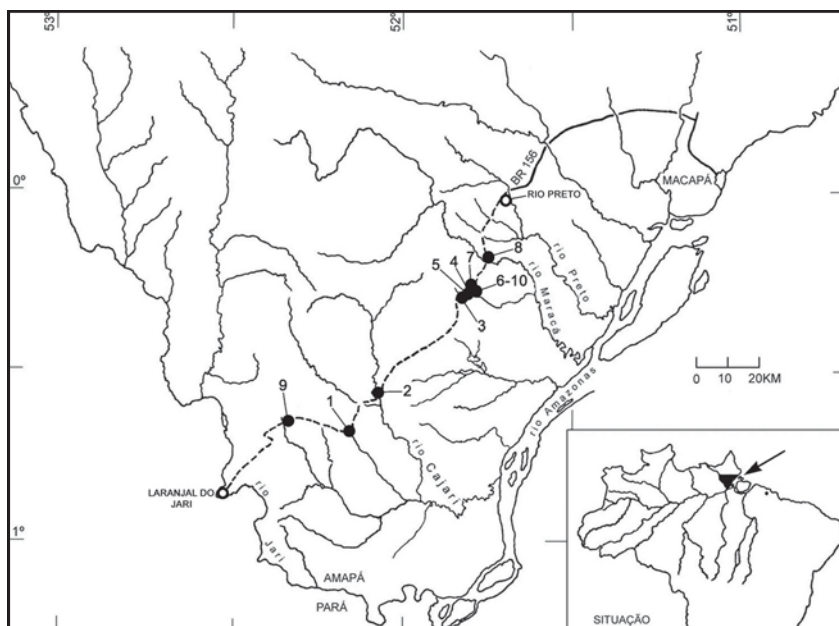


Figura 1. Localização dos sítios arqueológicos (círculos pretos numerados de 1 a 10), ao longo da rodovia BR 156. A linha tracejada da rodovia corresponde ao trecho abordado no estudo de impacto ambiental.

Os três sítios neobrasileiros, registrados respectivamente ao lado de três rios, mostram traços culturais diferenciados entre si. Atestam a ocupação da região por populações procedentes de áreas distintas e em épocas diferentes. Interpretando-se os seus traços, poder-se-ia estabelecer uma cronologia dessa ocupação, considerando-se o sítio AP-8 como o mais antigo e, o AP-10 e AP-1, como os mais recentes.

Os sítios prospeccionados são, a seguir, descritos.

Sítio AP-1: Braço do Rio Cajari (52° 09' 35" W e 0° 40' 55" S)

Sítio cerâmico de tradição Neobrasileira localizado na encosta de uma elevação suave, a 11m da margem direita do rio Braço do Cajari (Figs. 1 e 2). Situava-se no povoado de Água Branca, no Município de Laranjal do Jari.

Um dos extremos do sítio foi cortado pela estrada de rodagem. O extremo oposto fôra perturbado pela edificação recente de uma escola.

As evidências arqueológicas foram encontradas superficialmente e, dispersas em uma área elíptica com 29x19m (581,68m²). O afloramento

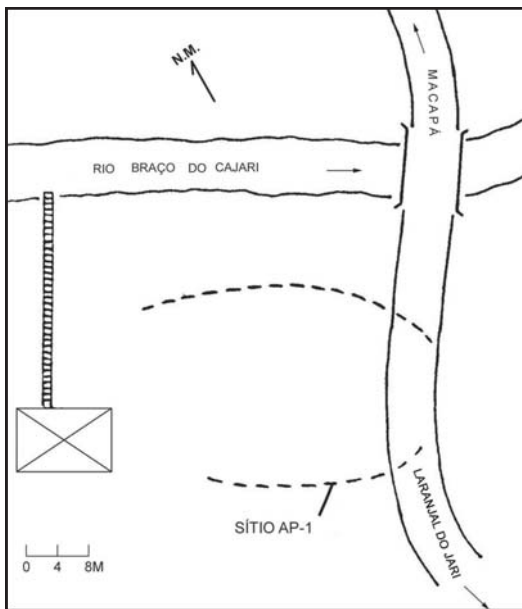


Figura 2. Esquema do sítio neobrasileiro AP-1: Braço do Rio Cajari.

e dispersão do material devem-se, além das causas já apontadas, a outras atividades dos moradores locais.

A estratigrafia do sítio foi registrada em um dos barrancos que margeava a estrada. Os indícios da ocupação humana foram constatados até 30cm de profundidade, junto a terra argilosa de cor marrom-escuro. A camada arqueológica, entretanto, encontrava-se entre 17 e 25cm de profundidade. Foram recolhidos 44 fragmentos cerâmicos, dos quais 33 eram de confecção doméstica. A análise da pasta revelou que 51,52% foram temperados com areia média, cariapé e carvão; 39,39% com areia média, cerâmica triturada e carvão e, 9,09% com areia mais fina e carvão. A técnica de confecção foi a acordelada. Quase a metade dos fragmentos apresentava, na face externa, decoração por corrugação e ponteados largos; eram motivos lineares, ocorrendo nas angulações da borda, carena ou na ampliação da base em pedestal (Fig. 3).

A cerâmica industrializada, representada por 10 fragmentos, era torneada, com pasta fina; a superfície era alisada, com alças. Vitrificação e engobo vermelho apareceram em dois casos.

Na camada arqueológica foram registrados ossos de animais, coquinhos e castanhas carbonizadas, objetos metálicos (pregos, espoletas, tubos de pasta dentifírcia, latas, etc.) e vidro e louça (frascos

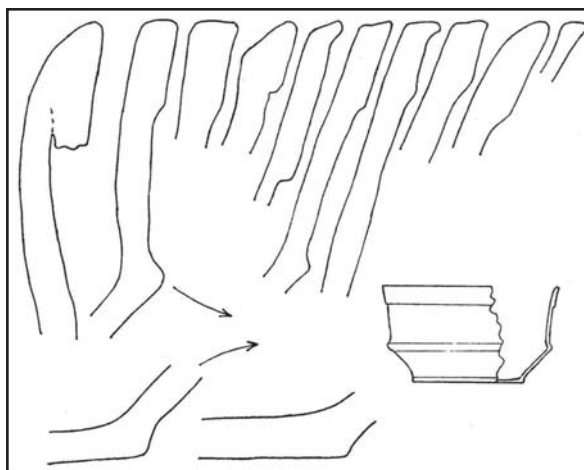


Figura 3. Perfis de bordas e bases da cerâmica do sítio neobrasileiro AP-1: Braço do Rio Cajari e, reconstituição de uma das formas de recipientes (o diâmetro da boca é de 28cm).

de remédio, perfume, pratos, xícaras, etc.).

Um fragmento de cerâmica indígena foi recolhido na área do sítio, indicando a existência, nas proximidades, de outra ocupação humana.

O sítio oferecia, ainda, condições de estudo.

**Sítio AP-2: Rio Cajari (52° 04' 15" W e 0° 34' 15" S)
(BETA 77362 - 4130 ± 80 BP - 2180 ± 80 a.C.)**

Sítio cerâmico indígena localizado junto à margem esquerda do rio Cajari (Fig.4). A localidade era conhecida como Sucuriju ou São Pedro e, situava-se no Município de Mazagão.

O sítio foi bastante danificado pelas obras de construção da nova ponte sobre o rio Cajari. Grandes porções do terreno foram removidas nas suas proximidades, ocasionando a eliminação de parte dele.

Peças arqueológicas, deslocadas do seu contexto pelas motoniveladoras e escavadeiras, foram encontradas em uma área com 50x40m (1.570m²). Estavam em processo de desagregação devido à sua exposição ao intemperismo.

Os exames procedidos no local revelaram que a camada arqueológica situava-se a mais de dois metros de profundidade. A estratigrafia observada foi a seguinte: de 0 a 180cm de profundidade o solo era constituído por areia fina e friável, de coloração cinza-escuro,

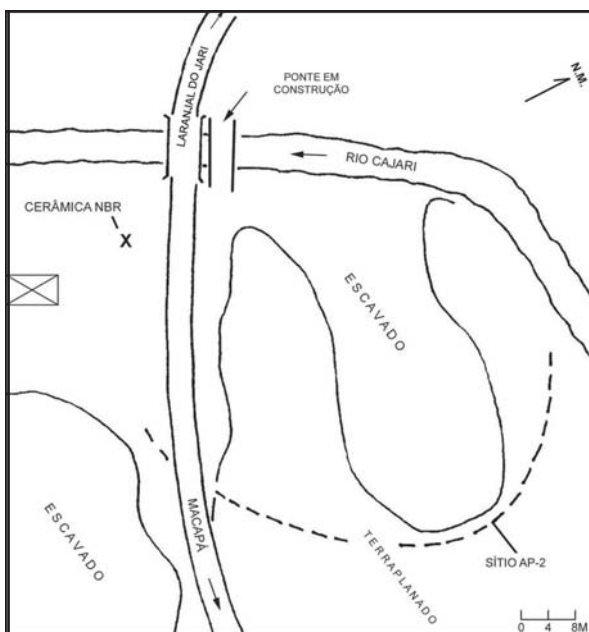


Figura 4. Esquema do sítio indígena AP-2: Rio Cajari. O X à esquerda da estrada assinala a ocorrência de cerâmica neobrasileira.

com delgadas faixas horizontais de carvão; de 180 a 210cm a areia apresentava a mesma textura, mas tinha coloração amarelada; de 210 a 215cm a areia adquiria novamente a coloração cinza-escuro e encerrava carvão e peças arqueológicas; de 215cm para baixo a areia era amarelada e estéril de evidências arqueológicas.

A análise realizada nos 53 fragmentos cerâmicos recolhidos superficialmente e nos perfis dos barrancos, forneceu os seguintes elementos: confeccionados pela técnica acordelada, apresentaram como tempero de pasta: 37,73% areia média, carvão e hematita; 28,30% areia média, muito quartzo e pouco carvão; 24,53% pouca areia fina e muito carvão; 7,55% com areia média e pequenas quantidades de carvão e cariapé; 1,98% areia média e muita cerâmica triturada. A maioria mostrava as faces alisadas e com engobo alaranjado; 1 fragmento conservava restos de engobo branco; 3 receberam incisões largas e 1, aplicação modelada zoomorfa (?) na borda (Fig. 5).

Foi recolhido, também, um fragmento de hematita com sinais de raspagem; a tonalidade desse corante é idêntica à do engobo alaranjado da cerâmica.

O sítio oferecia, ainda, condições de escavação controlada nas porções não removidas e sob a estrada que conduzia à ponte antiga.

No espaço situado entre a estrada em uso e uma pequena casa a sudoeste, foi encontrado um fragmento de cerâmica neobrasileira. Apresentava areia fina, cariapé e carvão na pasta; a face externa era escovada. Esse fragmento indicava a existência de outro sítio arqueológico no trecho intacto do local.

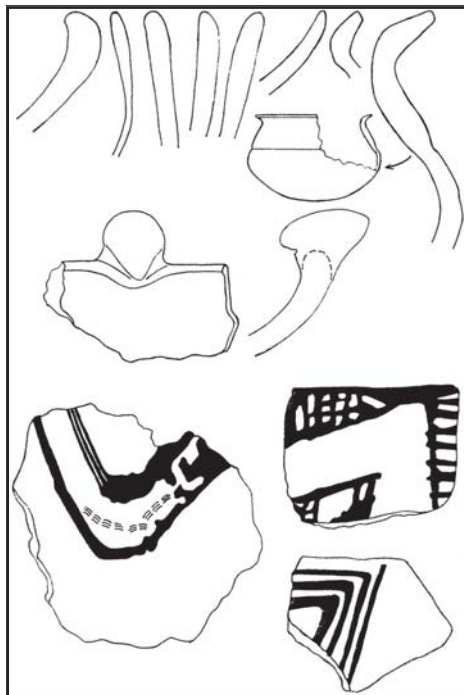


Figura 5. Perfis de bordas e detalhes da decoração cerâmica do sítio indígena AP-2: Rio Cajari e, reconstituição de uma das formas de recipientes (o diâmetro da boca é de 22cm).

Sítio AP-3: Rio Laranjal-1 (51° 47' 25" W e 0° 17' 40" S)

Restos de um sítio cerâmico indígena localizado a 50m da margem esquerda do rio Laranjal, no Município de Mazagão (Fig. 6).

Os fragmentos cerâmicos foram encontrados entre a rodovia BR 156 e a margem esquerda de um igarapé, espalhados em uma área medindo 80x13m (816,40m²).

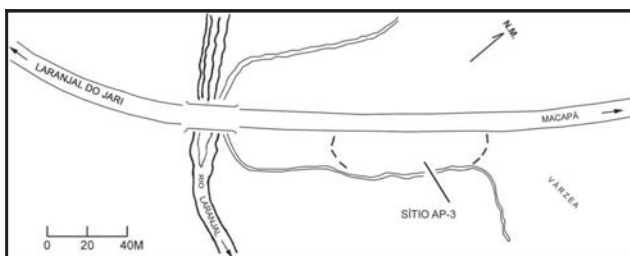


Figura 6. Esquema do sítio indígena AP-3: Rio Laranjal-1.

O local, que era constituído por terra argilosa com seixos, de cor cinza-amarelado, sofreu profundas modificações em consequência da construção da rodovia. O sítio não oferecia mais condições de estudo.

A cerâmica recolhida era acordelada e mostrava superfície alisada. Alguns fragmentos apresentavam a pasta temperada com areia média e quartzo (60%) e, outros, com areia fina, cerâmica triturada e carvão (40%). Nenhuma borda de recipiente foi resgatada.

Sítio AP-4: Lagoa Seca-1 (51° 47' 25" W e 0° 16' 55" S)

Sítio cerâmico indígena localizado a 3.300m da margem esquerda do rio Laranjal, no Município de Mazagão (Fig. 7). A medida foi tomada ao longo da rodovia BR 156, a partir da cabeceira da ponte.

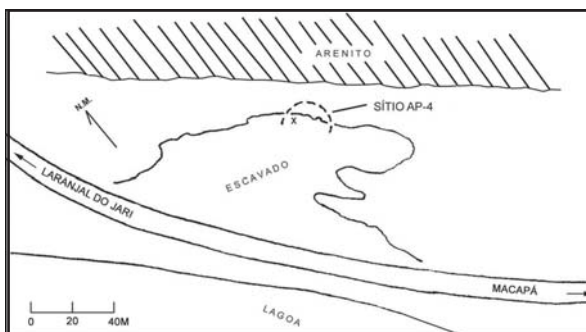


Figura 7. Esquema do sítio indígena AP-4: Lagoa Seca-1. O X assinala a ocorrência de almofariz na área do sítio.

O local era caracterizado por lagoas que acumulavam água durante o inverno. O solo era arenoso, friável, de cor cinza ou cinza-amarelado. A rodovia situava-se entre a lagoa e o sítio. Pouco mais a nordeste, o solo arenoso era interrompido por afloramento rochoso arenítico.

As evidências arqueológicas foram expostas pelos trabalhos de terraplanagem e escavação relacionados à implantação da rodovia. Do sítio restava uma pequena porção, com 20m de extensão. A camada de ocupação foi encontrada entre 90 e 115cm de profundidade.

A cerâmica era simples, confeccionada pela técnica acordelada. Predominavam os fragmentos temperados com areia média, quartzo e carvão (82,35%); outros foram temperados com areia média, quartzo e cerâmica triturada (17,65%). Não foram observadas bordas de recipientes.

O sítio oferecia poucas possibilidades de estudo, pois estava quase esgotado.

Sítio AP-5: Lagoa Seca-2 (51° 48' 20" W e 0° 17' 10" S)

Sítio cerâmico indígena localizado a 3.500m da margem esquerda do rio Laranjal, no Município de Mazagão (Fig. 8).

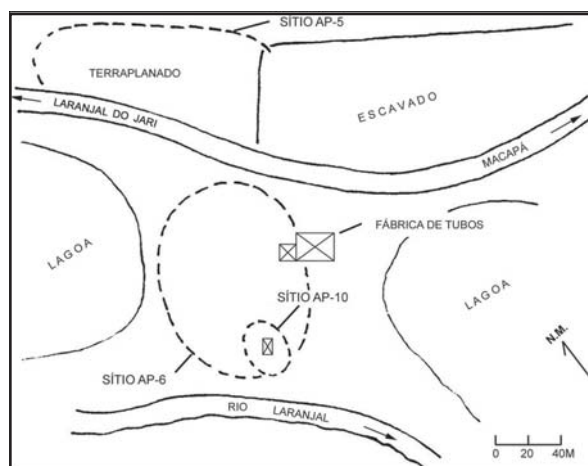


Figura 8. Esquemas dos sítios indígenas AP-5: Lagoa Seca-1 e AP-6: Fábrica de Tubos e, do sítio neobrasileiro AP-10: Rio Laranjal-2.

Este sítio inseria-se no mesmo contexto ambiental que o anterior e, apresentava os mesmos danos causados por terraplanagem e escavação em função da construção da rodovia BR 156. O material arqueológico espalhava-se superficialmente em uma área com 160x60m (7.536m²). Algumas peças foram observadas na camada arqueológica exposta pelos sulcos de erosão pluvial.

Os 64 fragmentos cerâmicos recolhidos na área do sítio mostravam as faces erodidas. Alguns apresentavam danos mais

profundos; estes eram leves e tinham aspecto esponjoso.

A cerâmica foi confeccionada pela técnica acordelada. Na pasta, 84,94% possuíam tempero de areia média, quartzo e pouco carvão e hematita; 14,06% evidenciaram areia fina, hematita e cerâmica triturada. Um caco conservava, ainda, restos de engobo vermelho em ambas as faces; outros seis foram decorados por incisões, mostrando, um deles, unguiações associadas (Fig. 9). Em uma borda havia perfuração.

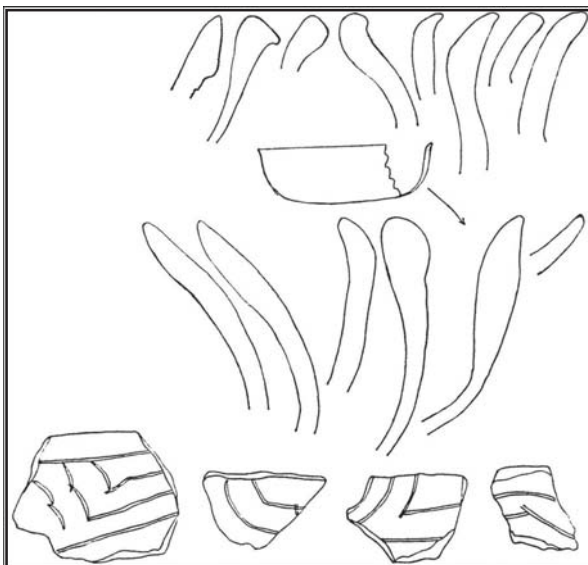


Figura 9. Perfis de bordas e detalhes da decoração cerâmica do sítio indígena AP-5: Lagoa Seca-2 e, reconstrução de uma das formas de recipiente (o diâmetro da boca é de 28cm).

Sítio AP-6: Fábrica de Tubos (51° 47' 05" W e 0° 17' 08" S)

Sítio cerâmico indígena localizado a 20m da margem esquerda do rio Laranjal, no Município de Mazagão. Situava-se entre a rodovia BR 156 e o rio, no meio de duas lagoas e ao lado do sítio AP-5 (Fig. 8).

A implantação de uma fábrica de tubos de concreto, obra relacionada à construção da rodovia, causou danos ao sítio. As peças arqueológicas foram observadas superficialmente; espalhavam-se por uma área com 110x80m (6.908m²).

Durante os trabalhos de reconhecimento foram coletados 72 fragmentos cerâmicos. Estes apresentavam os mesmos problemas de conservação do sítio anterior.

A técnica de confecção da cerâmica era acordelada. Foram registrados os seguintes temperos de pasta: 81,94% com areia média, quartzo e raros grânulos de hematita; 8,33% com areia fina e quartzo; 5,56% com areia média, quartzo e cariapé; 4,17% com areia média, quartzo e cerâmica triturada.

Apenas dois fragmentos mostravam decoração por incisão (Fig. 10). O sítio oferecia, ainda, condições de estudo.

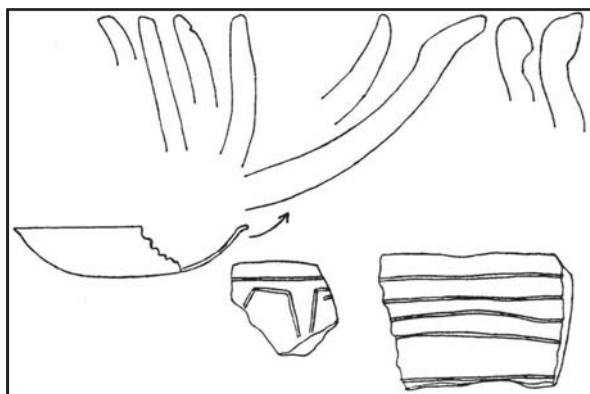


Figura 10. Perfis de bordas e detalhes de decoração cerâmica do sítio indígena AP-6: Fábrica de Tubos e, reconstituição de uma das formas de recipiente (o diâmetro da boca é de 30cm).

**Sítio AP-7: Abrigo-sob-rocha Tracuá (51° 47' 35" W e 0° 15' 45" S)
(BETA 77363 - 3350 ± 70 BP - 1400 a.C.)**

Sítio cerâmico indígena localizado a 50m da margem direita do braço do Igarapé do lago, no Município de Mazagão. Encontrava-se a cerca de 500m ao norte da rodovia BR 156 e, 4.900m da margem esquerda do rio Laranjal, pela mesma rodovia.

O local era caracterizado por afloramentos areníticos que formavam paredões, alguns inclinados originando abrigos. Entre essa formação desenvolvia-se uma vegetação rarefeita, com pequenas árvores e arbustos. Ao norte e ao sul da formação arenítica ocorriam as planícies sedimentares, com lagoas e igarapés. Muitos desses abrigos ofereciam condições de habitação. O maior deles, conhecido regionalmente como “Buraco Grande”, ainda abrigava felinos. Em vários abrigos foram constatadas pinturas nas suas paredes e tetos.

O abrigo escolhido para o registro da ocorrência e, denominado Tracuá pela incidência de colônias de formigas tracuá nos arbustos de sua entrada, situava-se nas proximidades do centro da formação arenítica.

A sua abertura era voltada para o norte e estava protegida pela vegetação. Media 16m de extensão no sentido leste-oeste e, 3m de largura na parte mais inclinada do paredão. O ponto mais elevado do teto tinha 2,30m em relação à superfície atual do solo (Fig. 11). Este era constituído por areia muito fina e seca, com pequenos blocos de arenito desabados e, grande quantidade de dejetos de morcegos. Estava revolvido em alguns pontos pelo espojo de animais.

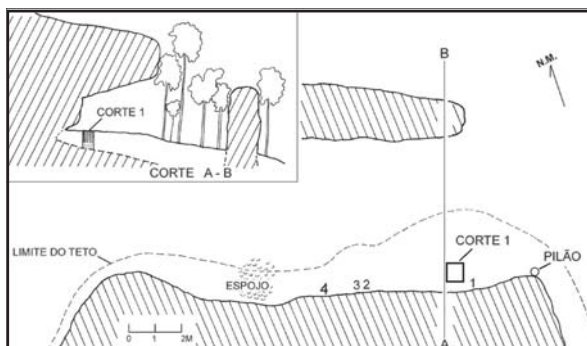


Figura 11. Esquema do sítio indígena AP-7: Abrigo-sob-rocha Tracuá. Os números de 1 a 4, assinalados na planta-baixa, correspondem à localização das pinturas.

Na superfície do solo foram encontrados poucos fragmentos de cerâmica. Outros, também raros, ocorreram até 25cm de profundidade. A areia, até 45cm de profundidade, tinha cor cinza-escuro e encerrava fragmentos de carvão. De 45 até 70cm a areia adquiria coloração amarelada. Aos 70cm de profundidade foi constatado o embasamento arenítico.

A cerâmica obtida no local era acordelada e tinha faces alisadas. Das amostras, 57,15% apresentaram pasta temperada com areia média, quartzo e pouca hematita; 42,86% tinha pouca areia fina e concha triturada. Estes fragmentos tendiam a se desagregar. Os outros indícios da ocupação humana do abrigo foram: coquinho carbonizado, ossos de pássaro, carapaça de tartaruga e conchas de lamelibrânquio e gastrópode, além de fragmento de hematita utilizado e que apresentava a mesma tonalidade das pinturas.

No lado leste do abrigo, pouco acima do nível do solo, foi registrado um almofariz ou pilão fixo. A pequena depressão, com 8cm de diâmetro, foi produzida em uma saliência da rocha do próprio abrigo.

As pinturas, em vermelho, e executadas possivelmente com os dedos, situavam-se separadamente na parede do abrigo. De leste para

oeste foram identificadas as seguintes sinalizações: 1, figura humana ou de divindade, com o corpo preenchido e a cabeça delineada; os pés estavam 55cm acima da superfície atual do solo (Fig. 12); 2, três traços verticais, dois eram paralelos e um mais deslocado para cima: os traços paralelos estavam 124cm acima do solo (Fig. 13); 3, cabeça humana ou de divindade delineada, com possíveis representações de pintura corporal: a porção inferior da figura estava 66cm acima do solo (Fig. 13); 4, círculos concêntricos com um ponto central registrado a 108cm da superfície do abrigo (Fig. 13).

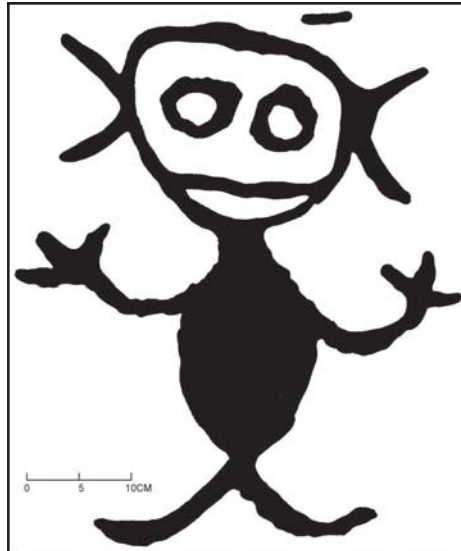


Figura 12. Desenho número 1 do sítio indígena AP-7: Abrigo-sob-rocha Tracuá. Representa uma figura humana ou de divindade.

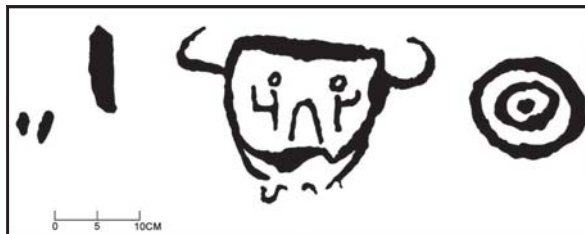


Figura 13: Desenhos números 2, 3 e 4 do sítio indígena AP-7: Abrigo-sob-rocha Tracuá representando, respectivamente, traços paralelos, cabeça humana ou de divindade e círculos concêntricos.

Nesse abrigo não foram observados atos de vandalismo. Já no Buraco Grande, que é mais visitado, foram notadas inscrições, uma com tinta a óleo, datada de 1957 e, outra com tinta “spray”, mais recente. Os danos constatados no Abrigo-sob-rocha Tracuá eram devidos ao intemperismo e à ação de animais, como os causados pelas unhas de morcegos na superfície da rocha, ninhos e corredores de cupins que aderiam às pinturas e, o revolvimento do solo por animais de grande porte.

No final do século XIX, esse conjunto de abrigos foi visitado por Aureliano Guedes que, depois de considerações sobre a sua formação, comentou os vestígios arqueológicos encontrados (1897:46):

“Em uma pequena gruta em forma de salão completamente aberto de um lado e tendo como fundo uma secção de lage talhada verticalmente, vê-se n’esta parede uma figura pintada a dedo pelos índios que naturalmente segundo penso, queriam experimentar suas tintas preparadas com protoxido de ferro que se acha em algumas pedras n’estes lugares. Um pouco adiante, n’este mesmo salão vê-se um buraco produzido n’uma pedra, tendo a forma interna de um gral parecendo ter sido feito pelo uso contínuo de ali os índios moerem fragmentos de pedra para extração da mesma tinta. Não me posso furtar ao desejo de apresentar aqui uma cópia de tal figura para maior elucidação (figura não existente no artigo). Esta figura tem cerca de 80 centímetros de altura e falta-lhe a perna esquerda que não aparece por ter se desagregado fragmentos da pedra onde estava ela pintada.

Nesta gruta não encontramos igaçabas porque as que lá existiam ficaram completamente escangalhadas em virtude do esmagamento pela queda de grandes fragmentos de lages de que acima falei.”

Quase cem anos mais tarde, essa mesma formação arenítica foi visitada por Klaus Hilbert e Mauro Barreto. Em 1988, data da prospecção e do relatório, o local era, ainda, isolado e foi atingido através de longos percursos de barco e a pé. O sítio foi cadastrado com a sigla AP-MZ-17: Gruta do Buracão, do Museu Paraense Emílio Goeldi. Algumas pinturas foram decalcadas e, um corte-estratigráfico foi executado no solo de um dos abrigos. Este forneceu, segundo os pesquisadores, artefatos líticos (lascas e núcleos) e restos de um fogão, em uma camada situada entre 35 e 50cm de profundidade e, mais abaixo, outra camada sem artefatos, mas com possível interferência humana. Os artefatos foram considerados como produzidos por grupo não ceramista.

Sobre as sinalizações rupestres, Hilbert e Barreto, disseram (1988:8):

“Em alguns lugares ao longo dos abrigos da Gruta do Buracão, pudemos distinguir várias pinturas rupestres desenhadas sempre em vermelho. O estado de conservação dessas pinturas variava bastante. Algumas estavam quase que completamente apagadas ou borradas. Predomina o desenho geométrico, com círculos concêntricos, espirais e outros, sendo raras as figuras antropomorfas. As pinturas são de diferentes estilos. Isto nos leva a supor que o conjunto é o resultado do trabalho de artistas de épocas distintas. Algumas das pinturas poderiam servir como sinalizadores ou marcadores. Possivelmente, poderia existir uma relação entre as urnas do estilo Maracá que outrora eram depositadas nas cavernas e as pinturas rupestres geométricas das paredes dos abrigos. Ocupada, inicialmente, por grupos pré-cerâmicos, posteriormente esta mesma área passa a sofrer influências do estilo cerâmico Maracá.”

O afloramento arenítico em questão era formado por um conjunto muito grande de abrigos-sob-rocha, às vezes ocultos pela vegetação; por isso, provavelmente, o que serviu para a coleta de dados do presente relatório de impacto ambiental, não foi observado por Hilbert e Barreto, pois a figura mais destacada do complexo, que é antropomorfa, descrita inclusive por Guedes em 1897, não está registrada no seu relatório.

Uma anotação daqueles autores, ainda, quanto à avaliação das possibilidades de destruição do local, dá bem a medida das rápidas mudanças que ocorreram no país. Declararam, em setembro de 1988, que as possibilidades de destruição eram “bastante remotas, o local é isolado”. Em setembro de 1991, ao visitarem o conjunto de abrigos, os autores deste relatório serviram-se de uma larga estrada de rodagem, cujo leito situava-se a, apenas, 500m de distância.

O Abrigo-sob-rocha Tracuá e os demais abrigos existentes na formação arenítica descrita, ofereciam excelentes condições de estudo.

Sítio AP-8: Rio Maracá (51° 44' 30" W e 0° 11' 10" S)

Sítio cerâmico neobrasileiro localizado a 30m da margem esquerda do rio Maracá, na localidade de Vila Coera, Município de Mazagão (Fig. 14).

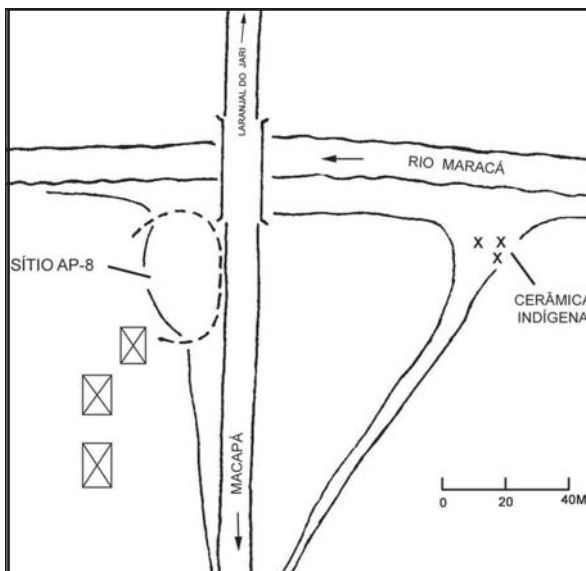


Figura 14. Esboço do sítio neobrasileiro AP-8: Rio Maracá. Os fragmentos de cerâmica indígena que ocorreram no local estão assinalados à direita da estrada com X.

O material arqueológico estava espalhado no leito da antiga estrada, entre a rodovia BR 156 e as casas do povoado. Ocupavam uma área com 40x30m (942m²).

Foram recolhidas superficialmente 46 peças, sendo mais numerosas as correspondentes a recipientes de fatura doméstica. Estes foram confeccionados pela técnica acordelada; a pasta foi temperada com areia média e muito cariapé. Os cacos apresentam as faces alisadas; um foi decorado por pintura na face interna (tintas vermelha e marrom), outro por engobo vermelho, também na face interna e, o terceiro, por incisão na face externa. A borda de duas peças é ondulada (Fig. 15).

Ocorreram, ainda, 3 fragmentos de cerâmica industrializada (torneada) e 3 fragmentos de louça: faiança, faiança fina e porcelana.

No lado oposto da BR 156, no leito de uma estrada que dava acesso a um porto no rio Maracá, foram encontrados dois fragmentos de cerâmica indígena, cuja pasta foi temperada com areia média e quartzo. Essa cerâmica indicava a existência de novo sítio arqueológico no local e justificaria, assim como a porção do sítio neobrasileiro ainda encerrada no barranco à esquerda da BR 156, a realização de trabalhos mais acurados.

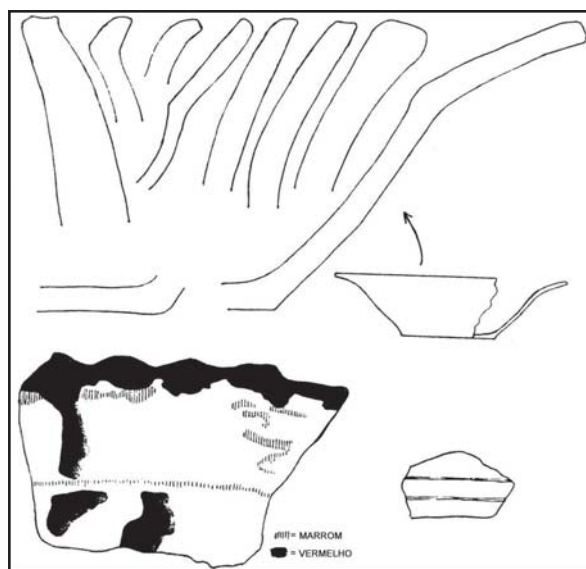


Figura 15: Perfis de bordas e bases e detalhes da decoração cerâmica do sítio neobrasileiro AP-8: Rio Maracá e, reconstituição de uma das formas de recipiente (o diâmetro da boca é de 30cm).

Sítio AP-9: Igarapé do Meio (52° 20' 30" W e 0° 38' 50" S)

Sítio cerâmico indígena localizado a cerca de 2.000m da margem esquerda do Igarapé do Meio, no Município de Laranjal do Jari (Fig. 16). O local era conhecido como Iracema.

As evidências arqueológicas foram encontradas no leito da estrada que ligava o povoado de Água Branca à Cidade de Laranjal do Jari. Espalhavam-se por uma extensão de 133m, sentido leste-oeste. As peças foram notadas, também, ao norte e ao sul da estrada, porém não foi possível delimitá-las nesses sentidos.

Junto ao material arqueológico e, até 25cm de profundidade, a areia grossa que caracterizava o solo tinha coloração cinza-escuro. Fora da área de ocorrência arqueológica, a areia mostrava cor amarelada.

A estrada era ladeada pela mata reservada a atividades extrativistas e, o extremo norte do sítio encontrava-se na propriedade do castanheiro Antônio Ramos.

Como esse sítio localizava-se no trecho interditado da rodovia BR 156, para que fossem evitados maiores danos ao depósito, sugeriu-se que o seu traçado fosse desviado 200m ao sul do atual.

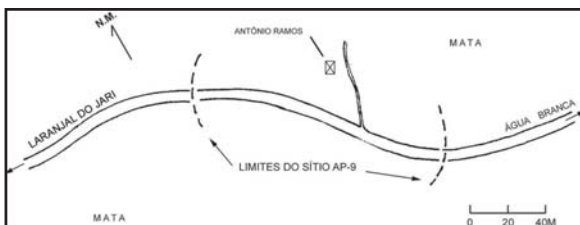


Figura 16. Esquema do sítio indígena AP-9: Igarapé do Meio.

No leito da estrada e arredores, foram recolhidos 107 fragmentos cerâmicos. As suas faces apresentavam-se, em geral, bem alisadas, mas sofrendo desagregação. Oito fragmentos tinham decoração incisa, 1 por filetes aplicados e 2 por engobo vermelho, todos na face externa. Três alças estavam presentes. Em 86,92% das peças o tempero da pasta era constituído por areia média, quartzo e carvão; em 13,08% por areia fina e carvão. Quase todas as peças decoradas apresentaram pasta fina. A técnica de confecção foi a acordelada (Fig. 17).

Esse sítio oferecia excelentes condições de estudo.

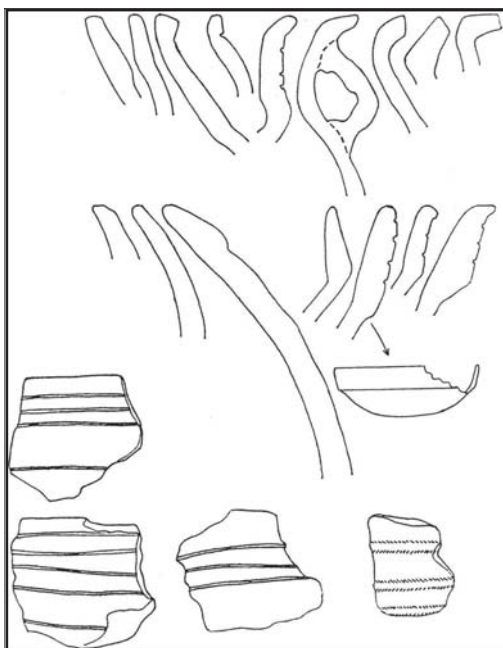


Figura 17. Perfis de bordas e detalhes da decoração cerâmica do sítio indígena AP-9: Igarapé do Meio e, reconstituição de uma das formas de recipientes (o diâmetro da boca é de 28cm).

Sítio AP-10: Rio Laranjal-2 (51° 47' 05" W e 0° 17' 08" S)

Sítio cerâmico neobrasileiro localizado a 20m da margem esquerda do rio Laranjal, no Município de Mazagão (Fig. 8).

Esse sítio foi encontrado na mesma área que revelou os sítios AP-4, AP-5, AP-6 e AP-7. As suas evidências estavam sobrepostas às do sítios AP-6. Foram registradas superficialmente, ocupando uma área com 30x20m (471m²). Na porção central do sítio havia uma habitação rústica.

A coleta superficial procedida durante o registro do sítio, proporcionou 43 fragmentos cerâmicos. Dois correspondiam a cerâmica industrializada e, os demais, a cerâmica neobrasileira. Esta foi confeccionada pela técnica acordelada. Cinco peças tinham engobo vermelho, 3 mostravam as faces escovadas e, 1 com corrugações simples; as demais apresentavam as faces alisadas. Foi constatada uma alça. Na pasta, 56,10% dos fragmentos tinham tempero de areia média e cariapé; 39,02% de areia fina, cerâmica triturada e carvão; 4,88% de areia muito fina (Fig. 18).

Esse sítio oferecia condições de estudo.

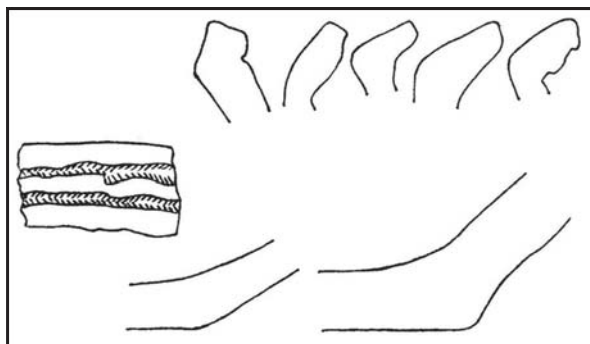


Figura 18. Perfis de bordas e detalhes da decoração cerâmica do sítio neobrasileiro AP-10: Rio Laranjal-2.

CONCLUSÕES

Diversas pesquisas desenvolvidas em áreas de represas, em regiões afetadas pela construção de Usinas Hidrelétricas e outras obras de engenharia civil, demonstraram a importância da realização de trabalhos de salvamento arqueológico, concomitantes àqueles que precederam a inundação ou alteração do ambiente.

Para a estruturação de projetos de salvamento, na falta de resultados de pesquisas, as informações etno-históricas foram de fundamental importância. O conhecimento da presença de grupos humanos em período histórico, nas áreas sujeitas a modificações ambientais foi básico como justificativa para a elaboração de projetos em regiões carentes de pesquisas arqueológicas.

No próprio trecho atingido pela construção da BR 156, a ocupação humana era conhecida principalmente através dos trabalhos etno-históricos, que situaram vários grupos indígenas na região e delinearão a movimentação da população. Estes grupos teriam deixado, na forma de sítios arqueológicos, os vestígios de sua permanência ou passagem. No Estado do Amapá, até o momento, poucos trabalhos arqueológicos foram executados.

Tendo em vista que a construção da BR 156 afetará diretamente o patrimônio arqueológico pré-histórico e histórico desta região amapaense, com a abertura do leito da estrada e de ramais e, indiretamente, através da intensificação da ocupação nas áreas próximas, também de acordo com a Resolução Nº 001, de 23 de janeiro de 1986 do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que determina a realização de Estudo de Impacto Ambiental sempre que sejam desenvolvidas atividades que venham a provocar modificações no Meio Ambiente e, respeitando-se a Lei Nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os locais arqueológicos e pré-históricos, torna-se evidente a necessidade da elaboração e execução de um projeto de salvamento.

Considerando-se ainda que, ao longo da BR 156, somente na viagem para reconhecimento da área foram localizados 10 sítios arqueológicos, demonstrando a existência de patrimônio arqueológico, reafirma-se a necessidade da execução de salvamento arqueológico. Em alguns, como o AP-2, encontrado na margem esquerda do rio Cajari, e já perturbado, as atividades devem ser realizadas antes da continuidade daquelas de engenharia pois, segundo informações obtidas, para a conclusão da ponte, a área será aterrada. Este sítio permitiu sua datação através da análise de C-14, situando-o em $4130 \pm \text{BP}$, ou seja, a cerca de 2180 a.C. No trecho interditado da estrada, onde foi registrado o sítio AP-9 e, em toda a sua extensão até a Cidade de Laranjal do Jari, os trabalhos devem ser executados concomitantemente aos de engenharia. No ponto onde foi localizado o sítio AP-9, inclusive, sugere-se que o leito da estrada seja desviado 200m ao sul, evitando-se assim a destruição do sítio arqueológico e, o corte de castanheiras. De acordo com informações do Sr. Antonio Ramos, a área situada à esquerda do traçado atual da estrada, além de não ter "proprietário", é pobre em castanheiras.

Foi constatado, também que, no trecho já construído, sítios foram

perturbados e/ou destruídos, tanto pela abertura da própria estrada, como por áreas de empréstimo. O sítio AP-3, localizado na margem esquerda do rio Laranjal foi completamente destruído pelas obras de engenharia. Do sítio AP-4, situado em área de empréstimo de areia para fabricação de manilhas, quase nada restava.

Durante o desenvolvimento deste trabalho preliminar, através de contatos com a população, informações sobre outros sítios arqueológicos foram obtidas. Os depósitos situavam-se em áreas próximas, que sofrerão modificações futuras. As facilidades de acesso e, a dinamização da economia, decorrentes da abertura da estrada atrairão novos contingentes populacionais que instalar-se-ão ao seu redor e, conseqüentemente, os sítios existentes nas proximidades virão a ser perturbados pelas atividades agrícolas, domésticas e, por atos de vandalismo.

Estas afirmações podem ser referendadas em dois exemplos: o sítio AP-7: Abrigo-sob-rocha Tracuá, datado através da análise de C-14 em $3350 \pm$ BP (1400 a.C.), encontra-se ameaçado pelo vandalismo. Apesar de, até o momento, mostrar-se intacto, em outro abrigo registrado ao lado, conhecido regionalmente como Buraco Grande, pichações já foram praticadas. Outro exemplo de perturbações foi evidenciado através de uma tampa de urna funerária da fase Maracá, doada por um morador das margens do rio Laranjal. De acordo com as informações obtidas, o sítio encontra-se na localidade denominada Pocinho, a “cerca de 2 horas de casco” (embarcação fluvial rústica) e, encontra-se intacto (Fig. 19). Peças cerâmicas são vistas na superfície do solo e, retiradas pelos moradores das proximidades.

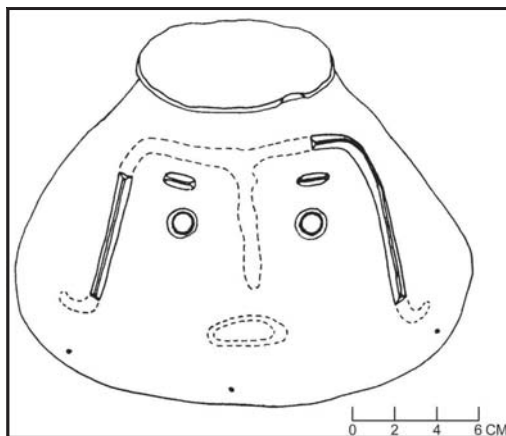


Figura 19. Tampa de urna funerária antropomórfica da fase Maracá, retirada da localidade de Pocinho por moradores da margem da BR 156. O desenho foi baseado em fotografia.

RECOMENDAÇÕES

Os trabalhos de campo deverão ser realizados durante períodos pré-estabelecidos pelo coordenador do projeto e, iniciados junto ao trecho da estrada atualmente interditado, devendo ser atendidas, também, em caráter de urgência, as áreas previamente estabelecidas como prioritárias.

Para que as equipes possam operar simultaneamente em trechos diferentes devem contar, cada uma delas, com equipamento básico como veículos, barcos motorizados, ferramentas para escavação, aparelhos fotográficos para documentação e, não havendo facilidades de alojamento, também barracas e tralhas de acampamento.

No decorrer do trabalho, nas diversas etapas de campo, os grupos devem permanecer em locais estratégicos para o desenvolvimento das prospecções, as quais podem ser realizadas de carro, barco ou a pé, dependendo das condições ambientais. Também o tempo de permanência dos grupos nas bases operacionais será determinado pelas condições e natureza dos sítios arqueológicos.

Os sítios localizados deverão ser topografados e registrados. De acordo com as suas condições de conservação e conteúdo, deverão ser praticadas coletas superficiais por setores, escavações e coletas de sedimentos e carvão vegetal para futuras análises geológicas, palinológicas e radiométricas.

Para o registro dos sítios deverão ser respeitadas as siglas da divisão regional do estado do Amapá, homologada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O material coletado nos vários sítios deverá passar pelos processos de limpeza, marcação, análise e interpretação e, quando necessário, restauração e preservação.

Coleções-tipo poderão ser remetidas para o Museu Histórico de Macapá, ficando a guarda do material sob a responsabilidade do Museu paraense Emílio Goeldi que, tradicionalmente jurisdiciona e realiza trabalhos na Amazônia Legal Brasileira.

Os trabalhos de campo e laboratório deverão ser orientados e fiscalizados pelo coordenador do projeto e, os resultados obtidos, divulgados através de relatórios impressos e distribuídos a entidades e pesquisadores ligados à área, tanto no país como no exterior.

Resumidamente, deste relatório salientamos que:

- todas as áreas que sofreram modificações em consequência de obras de engenharia civil, até hoje atendidas por projetos de

salvamento, encerravam sítios arqueológicos pré-históricos e históricos;

- a construção da BR 156 afetará o patrimônio arqueológico da região. Informações arqueológicas, etno-históricas e, a localização de sítios arqueológicos no seu traçado e nas proximidades corroboram essa afirmação;

- sítios arqueológicos foram destruídos e/ou perturbados na área já construída da estrada, conforme foi constatado em viagem realizada;

- as facilidades de acesso, a dinamização da economia, com o conseqüente aumento do fluxo populacional nas proximidades da rodovia representam ameaça aos depósitos localizados nessas áreas de influência;

- para que se evitem danos maiores ao patrimônio arqueológico e, conseqüentemente, à reconstituição do passado dessa região amapaense, a área da BR 156 deverá receber uma abordagem especial em forma de salvamento;

- o projeto de salvamento arqueológico na área da BR 156 deverá ser implantado imediatamente. Deverá abranger as áreas de influência e, os ramais que vierem a ser abertos ou melhorados;

- com a localização do sítio AP-9 no trecho interditado da estrada, sugere-se a mudança de seu traçado 200m ao sul da sua atual demarcação;

- para que o projeto de salvamento na área da BR 156 possa ser executado satisfatoriamente, deverá ser dotado de recursos que lhe permitam a manutenção de equipes em campo e laboratório;

- um projeto de salvamento arqueológico somente será completo se o material resgatado, depois de estudado e convenientemente armazenado para futuras abordagens e mostras museológicas, tiver os seus resultados publicados para que a comunidade deles se beneficie.

ABSTRACT: A complementary research to the archeological item of the enterprising highway BR 156 environment impact assents, at the state of Amapá. In this research are described sites referred to ceramist indigenous occupations, including rock painting and neobrazilians registry. Are also published results of radiometric dating.

KEY-WORDS: Archeology of Amapá; Archeology of Amazon Basin, Environmental impact assents; Radiometry.

REFERÊNCIAS

GUEDES, Aureliano P.L. Relatório sobre uma missão etnográfica e arqueológica aos rios Maracá e Anauerá-pucú (Guiana Brasileira). **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**. Belém, v. 2, p. 42-64. 1897.

HILBERT, Klaus; BARRETO, Mauro V. **Relatório de viagem do Projeto de Levantamento de Sítios Pré-Cerâmicos no Rio Maracá- AP**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 43p. (Rel. Int.-Dat). 1988.